

Crise de acumulação e contestação social generalizada na Argentina contemporânea (2001)

Lisandro Rodrigues Braga*

Resumo:

O artigo apresenta uma sucinta discussão sobre a crise da acumulação neoliberal argentina nos anos 2000-2001, por meio da utilização do método dialético e da teoria do regime de acumulação integral, buscando demonstrar sua relação com o avanço da contestação social generalizada nesse país.

Palavras-chave: acumulação integral; luta de classes; bloco dominante; movimento piqueteiro.

Crisis of Accumulation and Generalized Social Contestation in Contemporary Argentina (2001)

Abstract:

This article presents a succinct discussion on the neoliberal crisis of accumulation in Argentina in 2000-2001, using the dialectical method and the theory of the integral regime of accumulation in an effort to demonstrate its relationship with the advance of generalized social contestation in that country.

Keywords: integral accumulation; class struggle; dominant bloc; piquetero movement.

Após duas décadas de regularização neoliberal, a Argentina conheceria a primeira crise da acumulação integral (Viana, 2009). A acumulação capitalista subordinada argentina fundamentou-se no disciplinamento da força de trabalho como garantia de sua inserção na competição capitalista mundial, através da abertura comercial e da regularização financeira estatal, mediante a criação do

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professor Adjunto de Teoria Política na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. End. eletrônico: lisandrobraga@hotmail.com

regime de convertibilidade monetária. Sabemos que a capacidade de um país em se manter competitivo no mercado mundial resulta essencialmente de sua maior capacidade de exploração da força de trabalho, e visando esse propósito é que a convertibilidade foi desenvolvida, ou seja, para impulsionar a capacidade de exploração da força de trabalho (para limites absurdos), tornando o país competitivo internacionalmente.

A convertibilidade resultou efetiva para o aumento da exploração mediante o aumento da produtividade e intensidade do trabalho. Entre 1990 e 1998, o produto por trabalhador (sobre o que influi tanto as mudanças na produtividade e intensidade do trabalho) aumentou uns 71,5%. A magnitude desse aumento foi tal que reduziu a brecha internacional de produtividade, tomando como indicador a redução da brecha de produtividade industrial a respeito dos Estados Unidos, que concentrava a quarta parte da produção mundial. Ao mesmo tempo, ao contrário da prédica da burguesia industrial, em relação aos salários por produtividade, os salários se mantiveram relativamente estancados desde 1993 (Salvia, 2009:192).

Desde 1995, a capacidade competitiva da produção argentina começava a se deteriorar, com o aumento da brecha de sua produtividade no mercado internacional. Os ritmos de aumento da produtividade vinham caindo e a brecha de produtividade internacional se alargando, o que implicava o predomínio de mecanismos de produção de mais-valor absoluto e queda salarial. A partir de 1997, esse quadro deteriora-se ainda mais com a sucessão de desvalorizações no sudeste asiático, Rússia e Brasil (Piva, 2007; Beltrán, 2014). Diante desse quadro de crise da acumulação, a luta de classes ganhava impulso, tanto nos conflitos intraburgueses, responsáveis por promover uma fissura no interior do bloco dominante, quanto nos conflitos com a força de trabalho, que se encontrava ameaçada com novas depreciações, fundamentalmente como consequência da intensificação do processo de lumpemproletarização (Braga, 2013).

Em linhas gerais, a depreciação salarial afetou os setores mais fragilizados dos trabalhadores. Segundo o INDEC, o salário dos trabalhadores não registrados caiu aproximadamente 6,5% entre 1997 e 2001; no setor industrial, em 2001, os salários do proletariado encontravam-se 9,7% menor que o salário de 1994. Essa depreciação salarial, como já se espera no capitalismo, ocorreu fundamentalmente por conta da eliminação de aproximadamente 245 mil postos de trabalho entre os anos de 1999-2001, correspondendo a 2,3% do total da força de trabalho ocupada. Esse processo de expansão do lumpemproletariado pode ser verificado nos seguintes números: entre 1998 e 2001, a indigência passou de 6,9% a 12,2%; a pobreza de 25,9% foi para 35,4% da população total; e a força de trabalho desocupada cresceu 47,6% (INDEC).

A disputa intraburguesa para acessar uma maior parte da renda estatal foi a forma encontrada por frações da burguesia para tentar amenizar para si os efeitos da crise de acumulação, já que esses afetavam de forma diferenciada as diversas frações existentes¹. Recebendo o maior impacto dessa crise de acumulação, a burguesia industrial buscava amenizar esses impactos mediante a redução salarial da força de trabalho industrial e da construção que, entre 1999-2001, reduziu respectivamente 7,7% e 16,4%. Não obstante, essa ofensiva contra os salários do proletariado não foi suficiente para recuperar a capacidade produtiva para competir nos mercados internacionais, nem tampouco para recuperar as taxas de lucro. Por isso, a burguesia industrial procurava interferir politicamente na repartição da renda estatal, buscando reconstituir melhores condições de acumulação, em conflito com as demais frações burguesas dos serviços e das finanças.

A partir de 1999, os conflitos intraburgueses tenderam a um maior acirramento. Após a eleição presidencial do governo da *Aliança*, apareceu na cena pública uma aliança de frações burguesas assentadas na produção e que foram significativamente afetadas pela crise de acumulação iniciada em 1998. O *Grupo Produtivo*, como ficou conhecida a união dessas frações burguesas, composto pela União Industrial Argentina (UIA), Câmara Argentina da Construção (CAC) e as Confederações Rurais Argentinas (CRA) defendia mudanças na orientação econômica geral da regularização estatal, focalizadas no setor de serviços e finanças.

Com o aprofundamento da crise no ano de 2001, o grupo produtivo procurou canalizar o apoio de setores da burocracia sindical cegeteana, do proletariado e do lumpemproletariado, incorporando algumas de suas demandas (estímulo à produção industrial, subsídios para os desempregados etc.) na agenda política do grupo. Dessa maneira, essa aliança burguesa tentou angariar o apoio político de outras classes sociais, apresentando seus interesses particulares como expressão dos interesses de diversas outras classes sociais em conjunto. Assim, visavam à construção de um consenso em torno de suas pretensões nas disputas intraburguesas, isto é “compensar as deficiências de competitividade mediante a canalização de um fluxo de recursos até a esfera da produção, sob a forma de subsídios estatais” (Salvia, 2009: 197).

Esse cenário abalizava-se pela inserção da economia argentina nos mercados internacionais, no qual a dilatação da brecha internacional de produtividade, somada à valorização do peso (dólar) em relação às outras moedas deteriorava

¹ Segundo informações do INDEC, entre o terceiro trimestre de 1998 e terceiro trimestre de 1999, a produção industrial e a atividade de construção caíram 8,7% e 10,4% respectivamente, enquanto o setor de serviços caiu em menor medida uns 2,2% e o setor financeiro cresceu moderadamente (Clarín, 17/12/1999).

a capacidade da produção argentina em concorrer nos mercados internacionais. Tal cenário ainda se via agravado com a reversão do fluxo de capitais para os países imperialistas, com a dificuldade cada vez maior de acessar os créditos externos e com a queda da inversão estrangeira direta. O conflito intraburguês desenrolava-se dentro de condições limitadoras do seu próprio desenvolvimento (Bonnet, 2011; Salvia, 2009).

A situação da Argentina era extremamente delicada e ameaçadora. Internamente, com o crescimento da recessão (baixa na produtividade, desemprego, redução salarial, queda na taxa de lucro etc.) e externamente, principalmente pelo fato de a economia argentina depender de uma ampliação perene do crédito externo para cobrir os déficits fiscal e comercial, que eram frequentemente tomados emprestados pelo Estado argentino em altíssimas proporções, profundamente subordinado aos organismos neoimperialistas internacionais e aos seus interesses financeiros, que se apresentavam através de taxas de juros extremamente altas e em constante elevação.

As dificuldades estatais para regularizar a acumulação integral eram cada vez maiores, com condições de riscos concretos para decretar *default*, o que na linguagem da burguesia financeira internacional, era visto como risco país. No final de 2000, essa situação atingia seu ponto máximo, obrigando o Estado a aceitar empréstimos externos com taxas de juros cada vez maiores, chegando a duplicar de um mês para outro, empurrando o Estado para uma situação insustentável e evidenciando uma possibilidade de paralisação dos pagamentos.

Diante dessa ameaça, os organismos neoimperialistas internacionais (FMI, BM, BID) realizaram novas concessões extraordinárias de créditos para afastar a ameaça do calote da dívida externa. Essa medida regularizadora, chamada *Blindagem financeira*, objetivava garantir o pagamento da dívida externa até o ano de 2001 e permitir a continuidade do envio de títulos estatais ao mercado financeiro, algo que só se concretizaria através do crescimento acelerado da produção e da competitividade. Essa era uma exigência que, para se realizar, exigiria tempo, algo que a Argentina não possuía e, por isso, o alívio gerado pela blindagem foi brevíssimo, visto que já nos primeiros meses de 2001 seus efeitos positivos demonstravam-se esgotados.

Em um quadro marcado por profundos entraves para a recuperação econômica e fiscal, o bloco dominante fissurava com a diminuição do apoio da burguesia industrial e agrária. A primeira passava a exigir a complementação das medidas aduaneiras com medidas tarifárias de fixação de preços, referenciadas nos impostos para importação, a implementação de medidas de recuperação da competitividade, ao mesmo tempo em que brindava apoio a incorporação do euro à convertibilidade. Já a burguesia agroindustrial exigia a redução de impostos sobre suas atividades. Diante de tantos entraves, Cavallo (ministro da economia

com superpoderes) lançou um pacote de medidas regularizadoras, na qual a mais importante foi a *lei de déficit zero*, cujo propósito era a redução dos gastos estatais, fosse ela do tamanho necessário para garantir o pagamento das dívidas com os recursos da arrecadação impositiva, o que implicaria redução do quadro de servidores estatais, redução salarial, redução da aposentadoria, dos orçamentos provinciais, dos subsídios (planos sociais) ao lumpemproletariado etc.

Tal pacote representou uma tentativa extrema por desenvolver uma forma eficiente de tornar regular os interesses do capital, em uma conjuntura marcada por uma forte tendência em converter a Argentina no epicentro da primeira grande crise da acumulação integral. Da mesma maneira como a maioria das formas de regularização do capital, essa procurava enfiar “goela abaixo” os custos de tais regularizações às classes exploradas, subalternas, marginais e outras desprivilegiadas da sociedade argentina, a qualquer custo. Essa medida regularizadora garantia o retorno de uma maior base de apoio ao bloco dominante, que a encarava como uma medida necessária diante de uma concreta possibilidade da suspensão do pagamento das dívidas externas e de prejuízos e dificuldades ainda maiores, para garantir minimamente seus interesses de classes:

Essa decisão inaugurava um novo conflito político, uma nova confrontação destinada a definir que setor social deveria pagar o custo principal do inevitável plano de redução de gastos estatais que permitissem passar da crise fiscal recorrente ao equilíbrio fiscal permanente, que dizer, déficit zero. Uma luta que se converteu na cara visível e, por sua vez, no prelúdio de uma discussão ainda mais transcendente que iria dominando o panorama político nacional durante os próximos meses. Que setor social (classe social) devia pagar os maiores custos por manter o esquema monetário vigente ou diante de uma eventual desvalorização associada a uma reformulação unilateral ou negociada da dívida e da crise? (Pucciarelli, 2014: 173).

A lei de déficit zero representou uma confissão de que o bloco dominante não conseguiria superar seus problemas fiscais mediante uma reativação da produção e se via coagido pelos interesses do capital (que são hegemônicos no interior desse bloco) a realizá-lo através do ajuste fiscal, não podendo sequer se preocupar com os custos e com a contestação social, que concretamente tal ajuste geraria (Salvia, 2009; Pucciarelli, 2014).

Essa nova medida de regularização contribuiu decisivamente para a chegada de uma maré de contestação social generalizada, que levaria ao desmoronamento da convertibilidade. Entre maio e agosto de 2001, diversas classes e grupos sociais, afetados pela regularização das contas fiscais, deram início a uma nova fase da contestação social, que atingiria seu pico máximo na contestação social generalizada, ocorrida nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, no episódio conhecido como a *Batalha da Praça de Maio*.

Em meados de junho de 2001, uma prolongada greve, seguida de mobilizações e bloqueios das pistas de aterrissagem, realizada por funcionários das Aerolíneas Argentinas, foi somada com bloqueios de estradas realizados por produtores rurais (produtores de maça de Neuquén e produtores de erva mate de Misiones), assim como piquetes de desempregados no interior do país, e a quinta greve geral convocada pela CGT-Moyano, com o apoio da CTA e CCC. Contudo, a maior ameaça viria de setores do lumpemproletariado organizado (movimento piqueteiro), que decisivamente impulsionaria a nova onda de contestação social, com forte tendência a se generalizar por todo o território nacional. No final desse mesmo mês, o movimento piqueteiro unificado organizaria a primeira *Assembleia Nacional de Organizações Territoriais, Sociais e de Desempregados*, na qual diversas organizações piqueteiras construíram um plano de luta escalonado, com bloqueios previstos para as principais cidades do país, buscando atingir seu principal objetivo:

organizar a resistência civil contra o ajuste. Assistiram (a assembleia) uns dois mil delegados de todas as províncias: quase todos desempregados, mas também desalojados do Bajo Flores (bairro pobre da zona sul de Buenos Aires), administradores de refeitórios escolares, aposentados, docentes bonaerenses e da Universidade de Buenos Aires, trabalhadores em conflito com Aerolíneas Argentinas, vizinhos autoconvocados e produtores agrários. Debateram durante todo o dia e combinaram a exposição de uma imensa gama de experiências quase desconhecidas de resistência que vinha se desenvolvendo em todo o país com a discussão e aprovação de um ambicioso plano de luta de caráter nacional e novas formas de organização territorial. Sob o lema “a desobediência civil está em marcha”, ao final das deliberações votou-se um plano progressivo de bloqueios de ruas simultâneos em cinquenta cidades do país a desenvolver-se durante três instâncias de lutas de vários dias de duração distribuídas ao longo do seguinte mês (Pucciarelli, 2014: 205-206 – parênteses nossos).

O plano acordado no primeiro *Congresso Piqueteiro* continha uma dupla jornada de bloqueios de estradas, durante um e dois dias inteiros, nas primeiras semanas de julho. Ao longo da última semana, somaram-se aos bloqueios uma paralisação realizada pela CTA que, nos próximos dias, juntamente com a CGT, decretaram a sexta greve geral, seguida por mais manifestações e bloqueios de estradas. O lumpemproletariado deu continuidade ao seu plano escalonado de lutas, com outras três jornadas de bloqueios de estradas, de 24, 48 e 72 horas, ao longo da última semana de julho e das primeiras semanas de agosto. Tais jornadas terminaram com uma massiva mobilização na praça de maio. Docentes e alunos de vários níveis somaram-se a essas lutas, decretando uma prolongada greve acompanhada de aulas públicas e marchas. Os servidores públicos de outros setores estatais também se somariam a essas lutas (Bonnet, 2011).

A emergência dessa nova onda de contestação social que crescia perigosamente já não podia ser ignorada. O bloco dominante, com toda sua disposição em levar adiante tais ajustes antissociais, voltou a criminalizar a contestação social, buscando mais uma vez através do capital comunicacional, construir uma corrente de opinião hegemônica que associava as lutas sociais com a violência, a ilegalidade e com a figura de inimigos imaginários. Quando as deliberações da Assembleia Piqueteira tornaram-se públicas, a burocracia governamental, através do subsecretario e porta voz presidencial, Juan Pablo Baylac, de imediato se pronunciou afirmando que o governo não aceitaria os bloqueios como forma de contestação social, mas tão somente como atos sediciosos e, portanto, amplamente combatidos pelas forças da lei, quer dizer, pela repressão estatal: “os juízes deverão atuar, as províncias deverão pedir ajuda e, se for necessário, a força pública deverá resolver a transitabilidade das estradas” (*Página 12*, 28/07/2001).

Com argumentos afinados com esse mesmo discurso criminalizador e ameaçador, o ministério do trabalho intimou a burocracia dirigente das principais centrais sindicais, que atuavam em conjunto com o movimento piqueteiro, a se afastarem dos seus planos de luta com bloqueios de estradas sob pena, pelo não cumprimento dessa intimação, de perder seu registro por atuar fora da legalidade institucional, à margem da lei:

Após a tentativa falida, de Patricia Bullrich, em convencer as lideranças piqueteiras, ontem o governo buscou pressionar por diversas vias, tentando reduzir o apoio aos 54 bloqueios de estradas anunciados para a próxima terça-feira, que **ameaçam em transformar em um caos** as principais vias de comunicação do país. Ontem Bullrich questionou a decisão dos piqueteiros instalar ‘como uma metodologia de ação política’ o bloqueio de estradas. Em seguida, intimou a Associação de Trabalhadores do Estado, a CTA, e os caminhoneiros de Hugo Moyano, a desistirem de aplicar essa metodologia como modalidade de protesto, **penalizada por lei**. A ministra responsabilizará esses sindicatos, por qualquer **violação a essa intimação**, sob a advertência das **sanções previstas por lei** (uma poderia ser a retirada de seu registro para funcionar) e **sob pena das ações penais por danos e prejuízos que poderia corresponder por ‘afetar a vida, a segurança, a saúde e a propriedade da população’** (Ministra do Trabalho, *Clarín*, 28/07/2001).

O subsecretario de comunicação, Juan Pablo Baylac, voltou a acusar duramente os organizadores dos bloqueios, a quem acusou de serem **‘dirigentes políticos’** que tem uma **‘vocalização mais próxima da violência que da paz’**, e assegurou que diante do protesto **‘haverá que aplicar a lei’** e **a força pública deverá ‘resolver’ a transitalidade das estradas** (*Clarín*, 28/07/2001).

Ontem, o ex-presidente Raúl Alfonsín se mostrou contrário aos piquetes: assinalou que os **bloqueios de estradas devem ser ‘frieados pelo estado’** e **acusou os ‘setores ultras’** de serem seus promotores [...] **Deus queira que não ocorra qualquer episódio que tenhamos que lamentar [...]** **Existem setores ultras que estão muito por detrás de tudo isso**, além de outros dirigentes sindicais, que tem outras características, disse (*La Nación*, 27/07/2001).

O dirigente e deputado (do partido) Ação pela República José Luis Fernández se mostrou contrário à medida e **considerou que o governo deve utilizar toda a força necessária para evitar que se cometam delitos**. Também explicou que **se tivessem utilizado a força pública em oportunidades anteriores, os piqueteiros pensariam duas vezes antes de bloquear as estradas** (*La Nación*, 27/07/2001).

Os trechos de diversos discursos pronunciados por agentes do bloco dominante, como ministros, secretários, dirigentes partidários, ex-presidentes etc., deixavam transparecer o objetivo de relacionar a contestação social legítima com atos ilegais, seus organizadores como dirigentes políticos interessados em tirar proveito partidário, radicais de esquerda (ultras, anarquistas etc.) simpatizantes da violência e do caos, que ameaçam a vida e propriedade da população e, por isso, são merecedores da repressão estatal (toda força necessária, pensariam duas vezes) -assim como deixavam transparecer o tom ameaçador de uma possível repressão brutal (episódio que lamentar):

O governo, acurrado pela resistência, colocou em ação todos os seus mecanismos de pressão discursiva (capital comunicacional) e repressiva: havia tentado isolar a resistência dos trabalhadores públicos descarregando sobre seus supostos privilégios a responsabilidade da crise, isolar os bloqueios de estradas dos desempregados ameaçando reprimir se não permitissem a circulação de veículos etc (Bonnet, 2011: 385).

Uma das estratégias do bloco dominante, como temos percebido em inúmeros contextos de radicalização da contestação social e de repressão estatal violenta, é a de construir uma corrente de opinião que apresente os contestadores sociais como um mal social, que deve ser combativo urgentemente. Para isso, defendiam de forma extremamente seletiva a aplicação rigorosa das leis e da repressão estatal, algo que para as classes que compunham o bloco dominante não se aplicava da mesma forma, como bem ressaltou a liderança piqueteira da CCC, Carlos Alderete, ao afirmar que “falamos de direitos de todos, mas não dos nossos. Se aqui se fala de ilegalidade, falemos de todas as coisas ilegais que ocorrem no país e que não investigam” (*Clarín*, 28/07/2001).

Nos meses de julho e agosto de 2001, a contestação social atingira níveis de enfrentamento sem precedentes na década anterior. No final de julho, após o movimento piqueteiro refutar a corrente de opinião criada pelo bloco dominante e reproduzida pelo capital comunicacional, que acusava de delito e criminalizava a contestação social piqueteira, seus planos e métodos de contestar diversas organizações piqueteiras (tanto nacionais quanto regionais) começavam a difundir em suas conferências de imprensa, as principais características da iminente mobilização/contestação social e seu *batismo de fogo*, isto é, uma ampla rede de mobilização, com bloqueios de ruas, estradas e pontes, com o objetivo de paralisar as atividades das 54 cidades mais importantes do país. Tais mobilizações seriam sustentadas por uma quantidade massiva de pessoas, pois com tamanha expressividade popular acreditavam que conseguiriam diminuir a brutalidade da repressão, já anunciadas por diversos burocratas governamentais. A partir desse momento, o movimento piqueteiro convertia-se na maior ameaça à continuidade da regularização neoliberal argentina:

o movimento piqueteiro, por detrás de sua indiscutível massividade e extensão, estava por gerar um transcendente câmbio qualitativo: a transformação dos excluídos e de mais de dois milhões de novos e velhos desempregados (o lumpem-proletariado- LB) distribuídos em todo o território nacional em um novo sujeito social que desempenharia um papel relevante no desenvolvimento futuro, tanto na luta social como no colapso da estrutura política e institucional do país. De fato, o êxito foi tão significativo que surpreendeu e superou as expectativas dos próprios organizadores. Sob o lema “Bloqueamos as estradas porque as fábricas desaparecem” e “Estamos construindo a esperança e a transformação”, uma multidão participou das distintas modalidades de protesto, tanto em Buenos Aires como na maioria das cidades importantes do país. A surpreendente presença, em diversos espaços públicos, de dezenas de milhares de trabalhadores, marginalizados e invisibilizados, reclamando a restituição de créditos perdidos e os trabalhos engolidos pelo furacão neoliberal, produziu uma indistigável surpresa que se refletia em sugestivos titulares de quase todos os meios de comunicação (...) Ao longo de vinte e quatro horas, haviam participado em todo o país por volta de vinte mil pessoas em mais de duzentos protestos que se desenvolveram com modalidades, traços e reivindicações específicas diferentes, mas que se mantiveram unificadas nas expressões das três grandes demandas comuns: liberdade para todos os detidos por lutas sociais, preservação dos planos sociais e derrogação das políticas de ajustes (Pucciarelli, 2014: 207-208).

Entre final de agosto e início de dezembro, o nível de enfrentamento social reduziu-se momentaneamente, mas o descontentamento e a contestação social promoveram um forte e negativo impacto eleitoral nas eleições de outubro, através de um movimento generalizado de recusa da democracia representativa, da burocracia governamental e partidária, suas instituições, formas sociais etc. O

abstencionismo, que desde algumas eleições passadas já vinha crescendo, atingiu a marca de 26,3% e, somados os votos em branco e nulos, atingiu 21,1%. A contestação das formas de regularização burguesas foi generalizada. Apesar do crescimento do apoio aos partidos da esquerda tradicional bolchevique, as eleições deixaram de ser um momento de esperança, de novos rumos políticos, novas escolhas etc. para se converterem em um momento de grande demonstração de insatisfação e bronca, daí o nome *voto bronca* para referir-se à recusa generalizada dessa forma de regularização social. Os resultados das eleições parlamentares antecipavam o posterior *Que se vayan todos, que no quede ni uno solo!* de dezembro de 2001, e a expressiva perda de credibilidade das instituições burguesas e suas formas de regularização social.

Em uma conjuntura (1999-2001) caracterizada por um aprofundamento sem precedentes da crise de acumulação, o produto interno sofreu uma depressão de 7,5%. Somente nesse último ano sua queda foi de 3,8%; a utilização da capacidade produtiva do país não ultrapassava a média de 65,5% em 2001, contra 74,5% em 1995; a retração da inversão foi de 44,8% e a formação bruta de capital fixo reduziu 32,2%; a taxa de desemprego (processo de lumpemproletarização) em outubro de 2001 chegou no recorde de 18,3% e a de subemprego (processo de lumpemproletarização) cresceu progressivamente até atingir os 16,3% no mesmo período; o dinheiro circulante reduziu-se a 35% e os depósitos a 27%; os índices da bolsa de valores caíram 33,4 pontos. Na balança de pagamentos tudo isso refletia em significativos déficits, que chegaram a atingir um número recorde de 20 bilhões, o equivalente a 15% do PIB (Bonnet, 2008).

Esse aprofundamento da crise coagia a burocracia governamental a ampliar o ajuste neoliberal, mas o FMI recusava novos empréstimos, visto que não confiava na capacidade das formas de regularização do governo da aliança. Diante dessa situação, o sistema financeiro entrou em colapso com uma massiva fuga dos depósitos bancários e de dólares. Os saques bancários, realizados tanto em pesos quanto em dólares, no valor aproximado de 18.4000 milhões, juntamente com a imensa fuga de dólares ao estrangeiro, realizada pela burguesia internacional no valor de 15 bilhões no ano de 2001, secaram as contas bancárias. Em reação a essa fuga, a burocracia governamental promoveu uma extraordinária expropriação das contas bancárias, perdendo definitivamente sua base de apoio, dando início ao fim da convertibilidade e da corrida do peso. Todo esse processo determinou a generalização da contestação social:

No dia 11 e 12 sucederam numerosas mobilizações de trabalhadores, de estudantes, de pequenos comerciantes, de clientes dos bancos e de vizinhos, acompanhados pelos bloqueios de estradas dos desempregados e os primeiros apagões e painelaços na Capital, Grande Buenos Aires, Rosario e outras cidades do interior. No dia 13, a CTA e ambas CGT lançaram a sétima greve geral, que acaso tenha sido a mais massiva registrada durante o período, com uma adesão muito ampla de emprega-

dos públicos reclamando seus salários atrasados e os desempregados reclamando subsídios em numerosas cidades do interior (Córdoba, Rosario, Mar del Plata, Neuquén, San Juan, Tucumán, Mendoza). E nesse mesmo dia 13 registrou-se um primeiro saque, frustrado, a um supermercado de Godoy Cruz, Mendoza. No dia 14 a CTA, através da Frente Nacional Contra a Pobreza, iniciou um consulta popular em favor de um seguro desemprego e formação generalizada, que se prolongaria até o dia 17 e somaria 3.1000.000 adesões, ainda que seria ultrapassada pela dinâmica das lutas sociais. Uma organização de desempregados saquearia, no dia 15 de dezembro, o Carrefour de Avellaneda, na Grande Buenos Aires, e os saques se estenderiam a outros grandes supermercados de Mendoza, Rosario, Concordia etc. No dia 17 os comerciantes e vizinhos da Capital e Buenos Aires se manifestaram bloqueando ruas e no dia 18 se repetiram os saques a supermercados da Grande Buenos Aires e de outras cidades do interior (Bonnet, 2011: 387-388).

Na passagem acima, o autor nos fornece vários componentes que também estariam presentes na contestação social generalizada, ocorrida nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Um desses componentes foi a generalização dos saques à propriedade privada em diversas cidades do país. Desde o dia 14 de dezembro, nas cidades de Rosario (Santa Fe) e de Concordia (Entre Ríos) diversos setores do lumpemproletariado passaram a se concentrar em frente dos supermercados, exigindo a distribuição de alimentos. O não atendimento dessa exigência os levou a forçar e arrombar as portas, dando início aos saques de alimentos. Nos próximos dias de dezembro, os saques a armazéns e supermercados se generalizariam por onze províncias argentinas (Auyero, 2007; Carrera e Cotarelo, 2003):

as províncias de Santa Fe, Entre Ríos e Mendoza, e os distritos de Avellaneda e Quilmes na província de Buenos Aires foram os primeiros lugares a experimentar os levantes: centenas de pessoas bloqueando os caminhos, pedindo publicamente alimentos e, ao final, saqueando negócios e mercados. Porém, logo a violência se estendeu ao sul, ao centro e ao norte do país, até chegar a muito povoada e urbanizada província de Córdoba, e estendendo-se com rapidez, ainda que de maneira desigual, por toda a Província de Buenos Aires (Auyero, 2007: 103-104).

Com a generalização dos bloqueios de estradas, dos saques e enfrentamentos com as forças policiais, da violência policial e dos proprietários em defesa da propriedade privada, assim como da morte de dezenas de pessoas, acompanhadas do ferimento e prisão de centenas de outras mais em todo o país², De la Rúa

² De acordo com o Centro de Estudios Nueva Mayoría, o governo de De la Rúa enfrentou 865 saques com 4500 trabalhadores precarizados e lumpemproletários presos, 553 feridos e 29 mortos, 172 policiais feridos e nenhum morto. Dessa forma, evidencia-se que tais saques foram mais numerosos que os promovidos no ano de 1989, no governo de Alfonsín, e implicaram enfrentamentos mais violentos.

decreta às 21 horas do dia 19 de dezembro, o estado de sítio, isto é, suspende todas as garantias constitucionais. Contudo, ao contrário do que se espera de tal decreto, quer dizer o temor às práticas terroristas estatais e, conseqüentemente, o abandono das ruas, tal medida promoveu a intensificação da contestação social. Em cadeia nacional, o presidente mal havia concluído seu discurso e os ruídos originados pelos painéis multiplicaram-se por diversos bairros portenhos. Em Buenos Aires, uma multidão de pessoas/vizinhos, em distintos bairros, saiu às ruas com painéis nas mãos, aos gritos de *Qué boludos, qué boludos, el estado de sítio, se lo meten en el culo!*, e passou a se dirigir ao Congresso, Obelisco e à Praça de Maio, deixando para trás um rastro de pequenos incêndios pelas ruas e de destruição de diversos símbolos da exploração e opressão capitalista (bancos estrangeiros, MacDonalds, carros oficiais, prédios públicos etc.) exigindo a renúncia de todos os burocratas governamentais (*Que se vayan todos!*). Iniciava-se, assim, a contestação social generalizada.

Na madrugada do dia 19 de dezembro, a repressão à contestação generalizada é realizada pelas tropas da polícia federal que procura afastar, com o lançamento de milhares de bombas de gases lacrimogênio, a multidão, composta por diversas classes sociais, das ruas próximas aos prédios do poder, evitando a destruição do patrimônio público e privado.

Em uma situação extremamente delicada e perigosa, na madrugada do dia 20 de dezembro, o presidente De la Rúa buscava evitar o cumprimento da *Lei de Segurança Interna* que apontava, como passo prévio à declaração do estado de sítio, o uso das forças armadas para o restabelecimento da ordem burguesa, caso as forças de segurança interna se encontrassem incapacitadas para fazê-lo. O governo não recorreu às forças armadas ciente dos custos humanos que o uso do exército e marinha, na repressão à contestação social, poderia gerar. Contudo, a não recorrência às forças armadas não evitou a repressão encarniçada. Na manhã do dia 20 de dezembro, a polícia federal em conjunto com a gendarmaria, colocou em prática um operativo repressivo de gigantesca brutalidade contra uma heterogeneidade de manifestantes que se aglutinavam em frente à Praça de Maio. A multidão era composta por militantes de partidos de esquerda, organizações de direitos humanos, organizações antirrepressivas, organizações piqueteiras e membros de outras classes e frações de classes duramente golpeadas pela regularização neoliberal.

Ao contrário do que afirmava o ministro do interior, a repressão não apenas buscou desocupar a praça, mas realizou uma verdadeira caçada sangrenta aos contestadores sociais que resistiram, com paus, pedras, calçadas e barricadas nas ruas do centro (Canelo, 2014). Operativos similares resultaram no assassinato (fuzilamento) de aproximadamente 40 pessoas nas províncias de Buenos Aires,

Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Santa Fe e Tucumán. “Não houve comando unificado, houve vingança”, foi o que declarou dias depois um alto burocrata das forças de segurança nacional (*Página 12*, 22/12/2001). Pela noite, um novo panelaço ocorre, mas dessa vez para comemorar a renúncia do presidente Fernando De la Rúa.

Bibliografía

- AUYERO, Javier (2007). *La zona gris* -violencia colectiva y política partidaria en la Argentina Contemporánea. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores.
- BELTRÁN, Gastón (2014). El empresariado argentino frente a la crisis. Alianzas, conflictos y alternativas de salida en la etapa final de la convertibilidad. In: PUCCIARELLI, Alfredo e CASTELLANI, Ana (Orgs.). *Los años de la Alianza: la crisis del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores.
- BONNET, Alberto (2011). *La hegemonía menemista: el neoconservadurismo en Argentina, 1989-2001*. Buenos Aires: Prometeo.
- BRAGA, Lisandro (2013). *Classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos: Pedro e João editores.
- CANELO, Paula (2014). El gobierno de la Alianza y las fuerzas armadas. El comportamiento militar frente a la crisis de 2001. In: PUCCIARELLI, Alfredo e CASTELLANI, Ana (Orgs.). *Los años de la Alianza: la crisis del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores.
- CARRERA, Nicolás Inigo y COTARELO, María Celia (2003). La insurrección espontánea. Argentina diciembre de 2001: descripción, periodización, conceptualización. *Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina* - PIMSA, número 43.
- PIVA, Adrián (2007). Algunas hipótesis sobre la relación entre modo de acumulación y hegemonía débil en Argentina (1999-2001). In: VILLANUEVA, Ernesto e MASSETI, Astor (Orgs.). *Movimientos sociales y acción colectiva en la Argentina hoy*. Buenos Aires: Prometeo.
- PUCCIARELLI, Alfredo (2014). Crisis sobre crisis: la ley de déficit cero, golpe de mercado, retorno a la ultraortodoxia, crisis política y comienzo de la resistencia popular. In: PUCCIARELLI, Alfredo e CASTELLANI, Ana (Orgs.). *Los años de la Alianza: la crisis del orden neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores.

SALVIA, Sebastián (2009). Estado y conflicto interburgués en Argentina: la crisis de la convertibilidad (1999-2001). In: BONNET, Alberto e PIVA, Adrián. *Argentina en pedazos-* luchas sociales y conflictos interburgueses en la crisis de la convertibilidad. Buenos Aires: Continente.

VIANA, Nildo (2009). *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e letras.